

CANAL | SINDIMOTOR & APAREM

A detailed close-up photograph of a piston being honed in a lathe. The piston is mounted on a lathe tool, and a cutting tool is visible on the right, actively honing the piston's crown. The background is dark and out of focus, showing parts of the lathe machine.

BRUNIMENTO

Como executar o brunimento na reparação
do motor

INFORME SINDICAL

SINDIMOTOR é homenageado
por atuação no setor de serviços

SETORIAL

APAREM, SINDIMOTOR e IQA
formalizam nova parceria

Até quando a inspeção veicular será vilanizada?

Acompanhei a tramitação do Projeto de Lei nº 3.507/2025, que propõe a obrigatoriedade da vistoria veicular para veículos com cinco anos ou mais de fabricação. Atualmente, verificações são feitas de forma esporádica, principalmente em comandos policiais.

Pelo texto do projeto, a inspeção seria obrigatória nos seguintes casos: transferência de propriedade ou mudança de domicílio do proprietário para outro município ou estado; recuperação de veículo furtado, roubado ou apropriado indevidamente; vistorias periódicas, em intervalos que ainda serão definidos pelo Contran, e em suspeita de clonagem; além de regulamentações específicas.

O debate sobre a segurança veicular se torna ainda mais relevante quando observamos o tamanho da frota em circulação. Atualmente, cerca de 35 milhões de veículos circulam no Estado de São Paulo — número que não inclui os veículos vindos de outras regiões do país que transitam diariamente pelas rodovias paulistas. Dados do Instituto Scaringella mostram que a falta de manutenção preventiva está relacionada a 27% dos acidentes de trânsito. Além disso, cerca de 80% dos veículos em circulação apresentam algum problema de manutenção. São números alarmantes e que evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à segurança e à manutenção adequada da frota.

Apesar de ser um passo importante, o projeto de lei foi retirado de tramitação, após pressão popular. Há quem seja contra a proposta por entender que penaliza quem tem carro mais antigo, gerando custo financeiro adicional ao proprietário, porém a inclusão do critério de idade evitará sobrecarga aos proprietários de veículos novos e seminovos e a adequação da vistoria à realidade da frota brasileira, com base nos princípios da razoabilidade

e de da proporcionalidade.

A mesma resistência acontece com a Inspeção Técnica Veicular que analisa se as condições mecânicas e elétrica do veículo estão regulares e se o nível de emissão de poluentes está dentro do limite permitido.

Na minha opinião, mais do que uma obrigação burocrática, as duas formas de inspeção devem ser entendidas como um investimento. Com a obrigatoriedade da manutenção preventiva, o número de acidentes e a emissão de gases poluentes serão reduzidas. Isso irá melhorar a qualidade do ar, auxiliar na preservação ambiental, reduzirá a quantidade de mortos e feridos e os custos do sistema de saúde pública, e gerar renda e emprego nas empresas.

O nosso setor é essencial para que isso aconteça. Somos os responsáveis por transformar motores velhos e danificados em novos, o que contribui diretamente para a redução da poluição e são uma opção mais acessível ao consumidor.

Diante deste cenário, abre-se também uma oportunidade de fortalecer o mercado de reparação e reposição, expandir os negócios, incentivar o aperfeiçoamento da mão de obra e garantir a sobrevivência das retíficas e empresas de recondição de peças.

Desde a sua fundação, o SINDIMOTOR tem como um de seus pilares o apoio a preservação ambiental e à manutenção preventiva dos veículos.

Continuaremos apoiando as causas que são benéficas não só para o setor, mas também para a população brasileira.



Gisele Candéo

Presidente APAREM e SINDIMOTOR

EXPEDIENTE

Abril 2026

Projeto Gráfico: Mazzoni Comunicação
Produção e diagramação: Departamento de Comunicação e Marketing Aparem & Sindimotor
Foto da Capa: Depositphotos

CANAL SINDIMOTOR & APAREM

Boletim Informativo dirigido ao setor de Remanufaturamento, Recondicionamento e Retífica de Motores e seus Agregados e Periféricos

Contatos

Rua Curuçá, 1281, cj 10, Vila Maria
CEP 02120-002, São Paulo
Tel: (11) 2632-1111

Aparem: www.aparem.org.br / comunica@aparem.org.br

Sindimotor: www.sindimotor.org.br / comunica@sindimotor.org.br

Presidente: Gisele Candéo;
Vice Presidente: Renato Ibanes Moraes Campos;

Tesoureiros:
Marcelo Vieira;
César Alves;
Tesoureiro suplente: Edison Teixeira Caliman;

Secretários:
Luiz Antonio Ferreira Lima;
Lairson Peter;
Diretor Social: Álvaro Macedo

Conselho fiscal:
Ézio Ronca;
Thiago da Silva Novais;
Douglas Ulisses Fornarolo

Conselho Fiscal Suplente:
Glauco Lopes;
Carlos Antônio Giralddi Sola;
Patrick Francisco Melo da Silva

Presidente: Gisele Candéo
Vice Presidente: Glauco Lopes
2º Vice Presidente: Zauri Candéo

Tesoureiros:
Lindezeio Alves
Rogério da Silva

Secretários:
Renato Ibanes Moraes Campos
Hallex de Arruda Oliveira

Conselho fiscal:
Ézio Ronca
Carlos Antonio Giralddi Sola
Marco Aurelio Teixeira
Adriana Barrozo Ferreira Lima
Antônio Carlos Correa Navarro
Jefferson Torres Lins

SINDIMOTOR recebe homenagem da CEBRASSE



Na foto, o presidente João Diniz, da Cebrasse, e a presidente Gisele Candéo, do Sindimotor

O SINDIMOTOR recebeu uma homenagem pelo seu papel fundamental na construção da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE).

O reconhecimento foi realizado pelo presidente da CEBRASSE, João Diniz, à presidente do SINDIMOTOR, Gisele Candéo, durante um almoço institucional realizado em 27 de março. O evento contou com a presença de representantes de diversas entidades do setor de serviços.

A homenagem também destacou a importante contribuição do ex-presidente do SINDIMOTOR, Zauri Candéo, que participou ativamente da criação da CEBRASSE.

A presidente Gisele Candéo enfatizou a importância do legado deixado por seu pai: "O meu pai Zauri sempre foi um grande entusiasta do

setor e um defensor do enquadramento das retíficas como atividade de serviços. É muito gratificante receber essa homenagem ao SINDIMOTOR como uma das entidades fundadoras da CEBRASSE".

Na ocasião, a presidente do Sindimotor, Gisele Candéo, teve a oportunidade de se reunir com João Diniz para discutir as principais demandas do setor de retífica e reparação de motores, além de traçar estratégias para ações conjuntas entre as duas entidades.

A CEBRASSE, que recentemente celebrou 20 anos de atuação, é um dos principais defensores do setor de serviços no Brasil, com foco no fortalecimento de pautas empresariais de abrangência nacional. Atualmente, a entidade representa cerca de 940 mil empresas em todo país.

APAREM, SINDIMOTOR e IQA assinam convênio de incentivo às retíficas

A APAREM, o SINDIMOTOR e o Instituto de Qualidade Automotiva (IQA) retomaram a parceria para fomentar a qualificação e a certificação das retíficas de motor.

Iniciada em 2006, a colaboração visa o desenvolvimento de iniciativas que aprimorem o conhecimento técnico de retificadores e mecânicos, elevem a qualidade dos serviços prestados e promovam a certificação das empresas do setor.

"O trabalho realizado nas retíficas precisa estar em conformidade com as normas técnicas. O conhecimento técnico contínuo é o caminho para o crescimento da empresa", afirma Gisele Candéo, presidente do Sindimotor e da Aparem.

Para o Diretor Superintendente do IQA, Alexandre Xavier, "a parceria entre o IQA, a Aparem e o Sindimotor é estratégica para o fortalecimento contínuo da qualidade e da competitividade do nosso setor. É de grande importância a união de esforços para ampliar conhecimento técnico, representatividade setorial e atingir objetivos comuns".

Certificação para retíficas

A Certificação de Retíficas de Motores para os Ciclos Otto e Diesel, acreditada pelo INMETRO, atesta que as empresas seguem os padrões técnicos do setor. Entre os critérios avaliados estão organização, ferramentas, sistemas de gestão, atendimento ao cliente, além da capacitação e treinamen-



to contínuo dos colaboradores. A certificação é reconhecida por entidades setoriais e órgãos públicos. Com o acordo, as retíficas vinculadas às entidades poderão se certificar com um desconto exclusivo. "Temos que combater a desconfiança sobre o nosso setor. Quando uma empresa é certificada, ela se diferencia dos concorrentes e, automaticamente, ganha um voto de confiança com o cliente", afirma a presidente Gisele.

Educação e Capacitação

Além da certificação, o IQA também se torna parceiro no desenvolvimento de cursos e projetos institucionais voltados para a capacitação contínua dos profissionais da área. "Democratizar a educação é um dos nossos grandes propósitos. Ter o IQA como aliado nessa missão é de grande importância para que possamos oferecer sempre o melhor conteúdo e a melhor formação para os nossos associados", afirma a presidente Gisele.

Presidente Gisele Candéo é a convidada do podcast TV Serviços



Na foto, a presidente Gisele Candéo é entrevistada por José Carlos Lúcio

A presidente do SINDIMOTOR Gisele Candéo foi entrevistada por José Carlos Lúcio para o podcast TV Serviços, da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE).

Na conversa, a presidente Gisele abordou o trabalho realizado pelo sindicato, a importância de as retíficas seguirem as normas técnicas do setor, a inclusão e adequação das empresas na Lei do Desmanche, e compartilhou os aprendizados deixados pelo seu pai e ex-presidente do SINDIMOTOR, Zauri Candéo.

Assista ao episódio completo do podcast neste QR Code:



Os benefícios das normas técnicas para as retíficas de motor

Para uma retífica de motor garantir a execução correta de qualquer serviço, nenhum detalhe pode ser ignorado, desde verificar se as ferramentas estão calibradas até o menor parafuso torquado na montagem. Tudo deve ser realizado com cuidado e técnica.

Nesse contexto, as normas técnicas não são uma burocracia. Elas são um conjunto detalhado de recomendações criado para orientar os empresários a avaliar e padronizar cada etapa do trabalho e assegurar a qualidade dos serviços prestados.

No Brasil, existem dois tipos de normas: as Normas Brasileiras (NBRs) e as Normas Regulamentadoras (NR). As NBRs são criadas e publicadas pela ABNT específicas para cada área de atuação. Já as NRs são emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também desenvolveu normas para o setor de reparação, como a NBR 13.032 e a NBR 15.831, que estabelecem os princípios gerais para o diagnóstico, a execução e a manutenção dos motores, as condições técnicas mínimas, as boas práticas e a qualificação dos funcionários.

Principais normas para as retíficas

NBR 13.032: Retíficas de motores de combustão interna

A NBR 13.032 estabelece os requisitos técnicos e operacionais para as atividades de retífica de motores. Essa norma abrange uma série de diretrizes que envolvem os procedimentos para diagnosticar, limpar, desmontar e montar os diferentes tipos de motores, a metrologia dos componentes, as ferramentas necessárias, e a especificação de tolerâncias.

NBR 15.831: Remoção e reinstalação de motores

Já a NBR 15.831 trata dos princípios gerais para a remoção, reinstalação e funcionamento do motor,

bem como os seus componentes agregados e periféricos, a partir das suas características e especificações das fabricantes.

A aplicação desta norma é crucial para garantir que não ocorrerá nenhum dano durante a reinstalação, de forma a preservar a vida útil do motor após a retífica.

NBR 14.481 – Diagnóstico e manutenção em motores ciclo Otto

Esta norma estabelece os procedimentos para diagnóstico e manutenção das falhas de funcionamento, reparação ou substituição parcial ou total dos itens diagnosticados nos motores de veículos rodoviários de combustão interna do ciclo Otto, segundo as especificações contidas no manual de serviços do fabricante do veículo.

Seis benefícios do uso das normas

Ao adotar as normas técnicas, as empresas não só se alinham com as melhores práticas do setor, mas também se posicionam de maneira estratégica no mercado, ganhando em competitividade e confiança, e criam um ambiente de trabalho seguro.

1. Compromisso com o serviço: as normas foram desenvolvidas com base na experiência do mercado com a reparação de motores. Isso significa que todos os procedimentos e recomendações são



validados. Então, colocar as normas em prática garante que a retífica siga um padrão de qualidade, que resulta em motores retificados de forma eficiente, com menos necessidade de retrabalho.

2. Segurança jurídica: as NRs promovem um ambiente de trabalho seguro e organizado, o que reduz o risco de acidentes e doenças ocupacionais, de multas e processos trabalhistas, e garante a conformidade legal. Além de contribuir para a segurança e qualidade, as normas da ABNT também ajudam as retíficas a estarem em conformidade com as exigências jurídicas.

3. Competitividade no mercado: empresas que adotam normas de trabalho, como as da ABNT, destacam-se no mercado por sua seriedade e compromisso com a excelência. Isso pode atrair novos negócios e a fidelização de clientes.

4. Redução de custos operacionais: embora a

adoção de normas possa implicar em algum investimento inicial, ela contribui para a redução de custos operacionais a longo prazo, uma vez que os erros são minimizados, os processos são otimizados e a necessidade de retrabalho diminui.

5. Diferencial para o cliente: uma empresa que segue as normas técnicas ganha credibilidade com o cliente, já que muitos consumidores buscam fornecedores que assegurem padrões de qualidade reconhecidos no mercado.

6. Proteção do meio ambiente e da saúde: as normas técnicas abordam questões relacionadas à proteção do meio ambiente e à saúde e segurança dos trabalhadores e consumidores. Elas estabelecem critérios para a minimização de impactos ambientais, a prevenção de acidentes e a garantia de condições seguras de trabalho e uso.

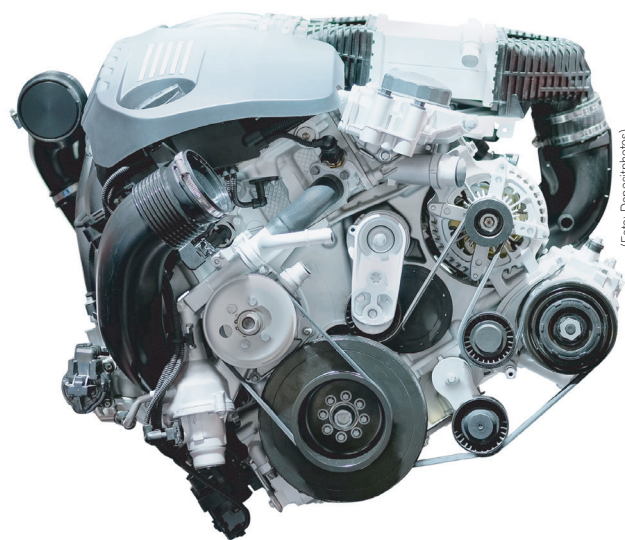
SINDIMOTOR fortalece retíficas e empresas de recondiçãoamento com atuação regulatória

Diante das dificuldades enfrentadas pelo setor de retífica e recondiçãoamento de motores — que incluem a regularização de motores, a gestão de estoques e a fiscalização — o SINDIMOTOR tem atuado para remover obstáculos e impulsionar o crescimento das empresas do segmento.

No último ano, o sindicato alcançou uma vitória significativa: a autorização para o credenciamento, junto ao DETRAN-SP, de retíficas de motores e empresas de recondiçãoamento interessadas em trabalhar com motores à base de troca e comercializar motores retificados em nível nacional.

A medida é fruto do esforço contínuo do SINDIMOTOR para encerrar o limbo regulatório criado pela Lei do Desmanche e adequar o setor à legislação vigente, ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de negócios e amplia a geração de renda para as empresas associadas.

Neste ano, o sindicato avançou ainda mais, desenvolvendo uma solução que facilita a regularização de motores de veículos baixados, que permanecem parados nos estoques das retíficas. A iniciativa também auxilia na regularização de motores pós-retífica de clientes que enfrentam dificuldades buro-



(Foto: Depositphotos)

cráticas.

Credencie a sua empresa e regularize o seu estoque com o Sindimotor!

As empresas filiadas ao SINDIMOTOR têm acesso a assessoria personalizada, com suporte jurídico, contábil e administrativo, apoio no credenciamento e representatividade em órgãos públicos, e muito mais!

Entre em contato conosco e saiba como podemos te ajudar.

Importância do brunimento correto dos cilindros para a vida útil do motor

O brunimento dos cilindros é uma das etapas mais críticas no processo de retífica de motores de combustão interna. Trata-se de uma operação de acabamento que tem como finalidade corrigir pequenas imperfeições dimensionais e, principalmente, produzir uma textura superficial controlada no interior do cilindro. Essa textura influencia diretamente a retenção do óleo lubrificante, o assentamento dos anéis de pistão e a vedação da câmara de combustão. Quando executado de forma adequada, o brunimento contribui significativamente para a durabilidade do conjunto pistão-anéis-cilindro; quando realizado de forma inadequada, pode resultar em falhas prematuras do motor, como consumo excessivo de óleo, baixa compressão e desgaste acelerado.

Função do brunimento no conjunto cilindro, pistão e anéis

Durante o funcionamento do motor, o pistão se

desloca no interior do cilindro em um regime de movimento alternativo com velocidades médias que podem ultrapassar 10 a 15 m/s em motores automotivos modernos. Esse movimento gera contato constante entre os anéis de pistão e a parede do cilindro, exigindo um filme lubrificante estável para evitar atrito excessivo.

O brunimento cria uma superfície com micro-ranhas cruzadas, conhecidas como padrão "cross hatch", cuja função é:

- Reter o óleo lubrificante na superfície do cilindro.
- Promover o assentamento progressivo dos anéis de pistão.
- Garantir vedação adequada da compressão.
- Reduzir o risco de gripagem ou desgaste prematuro.

Sem esse padrão superficial adequado, o óleo tende a ser removido da parede do cilindro durante o movimento do pistão, comprometendo a lubrificação.



(Foto: APAREM)

Ângulos de brunimento (Cross Hatch)

Um dos parâmetros mais importantes do processo é o ângulo das ranhuras formadas pelo brunimento, conhecido como ângulo de cruzamento.

Nos motores automotivos, os valores típicos são:

Aplicação do motor	Ângulo de brunimento
Motores gasolina/etanol	40° a 45°
Motores diesel leves	35° a 45°
Motores diesel pesados	30° a 40°

Esse ângulo é determinado pela relação entre velocidade de rotação da ferramenta e velocidade de deslocamento axial durante o brunimento.

Se o ângulo for muito fechado (baixo):

- Ocorre excesso de retenção de óleo
- Aumento do consumo de lubrificante
- Carbonização de anéis

Se o ângulo for muito aberto (alto):

- Menor retenção de óleo
- Maior atrito entre anéis e cilindro
- Desgaste acelerado do conjunto.

Por esse motivo, o controle do ângulo de brunimento é considerado um parâmetro essencial para a confiabilidade do motor.

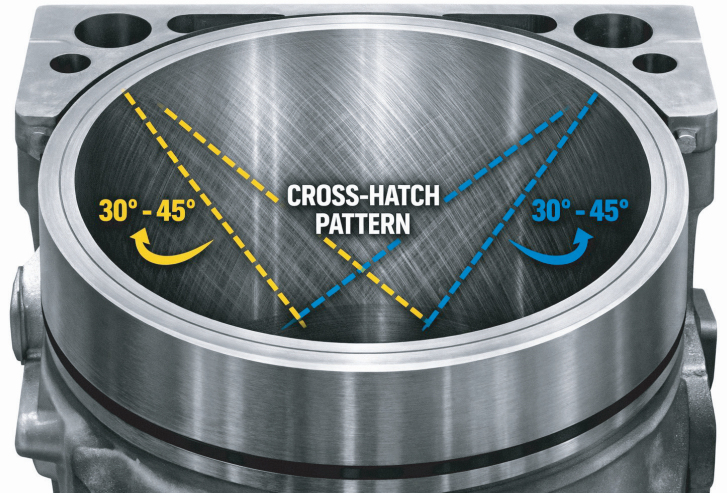
Rugosidade superficial e parâmetros de acabamento

Além do padrão geométrico, a rugosidade da superfície também desempenha papel fundamental na retenção do óleo lubrificante.

Os principais parâmetros utilizados para caracterizar essa superfície são:

- Ra (rugosidade média)
- Rz (altura média dos picos e vales)
- Rpk (altura média dos picos)

Valores típicos após brunimento em motores modernos são:



Tipo de motor	Rugosidade (Ra)
Motores gasolina modernos	0,2 a 0,4 μm
Motores diesel leves	0,4 a 0,8 μm
Motores diesel pesados	0,6 a 1,2 μm

Esses valores são resultado de processos de brunimento em duas etapas, normalmente:

- Brunimento de desbaste
 - Brunimento de acabamento (plateau honing)
- No processo de plateau honing, os picos mais altos da superfície são removidos, mantendo-se os vales responsáveis pela retenção de óleo. Esse acabamento reduz significativamente o período de amaciamento do motor.

Influência do Brunimento no Assentamento dos Anéis

O assentamento correto dos anéis de pistão depende da interação entre:

- Pressão de contato do anel
- Rugosidade da parede do cilindro
- Presença do filme lubrificante.

Estudos de tribologia indicam que até 60% do desgaste inicial do conjunto anéis/cilindro ocorre nas primeiras horas de funcionamento do motor, período conhecido como fase de amaciamento. Quando o brunimento apresenta textura adequada:

- Os anéis assentam de forma progressiva
- Ocorre formação estável do filme de óleo



- A compressão do motor se estabiliza rapidamente.

Já superfícies excessivamente polidas podem provocar “vidramento do cilindro” (glazing), fenômeno que reduz a retenção de óleo e dificulta o assentamento dos anéis.

Consequências de um brunimento inadequado

Quando o processo não é executado dentro dos parâmetros técnicos recomendados, diversas falhas podem ocorrer. Entre as mais comuns destacam-se:

- Consumo elevado de óleo causado por excesso de retenção ou deficiência de acabamento.
- Baixa compressão devido ao assentamento incompleto dos anéis.
- Desgaste prematuro do cilindro decorrente de rugosidade inadequada ou contaminação abrasiva.
- Arranhões verticais no cilindro geralmente

associados a partículas abrasivas não removidas após o brunimento.

Em motores diesel de alta carga, essas falhas podem evoluir rapidamente para perda de potência, aumento da emissão de gases e necessidade de nova intervenção mecânica.

Limpeza após o brunimento

Após a operação de brunimento, permanece na superfície do cilindro uma quantidade significativa de partículas abrasivas e resíduos metálicos provenientes das pedras abrasivas e do material removido.

Caso esses resíduos não sejam eliminados, podem provocar desgaste abrasivo acelerado no conjunto pistão-anéis-cilindro.

Por essa razão, recomenda-se:

- Lavagem do bloco com detergente alcalino e água quente escovação interna dos cilindros
- Secagem completa
- Aplicação de óleo protetivo anticorrosivo.

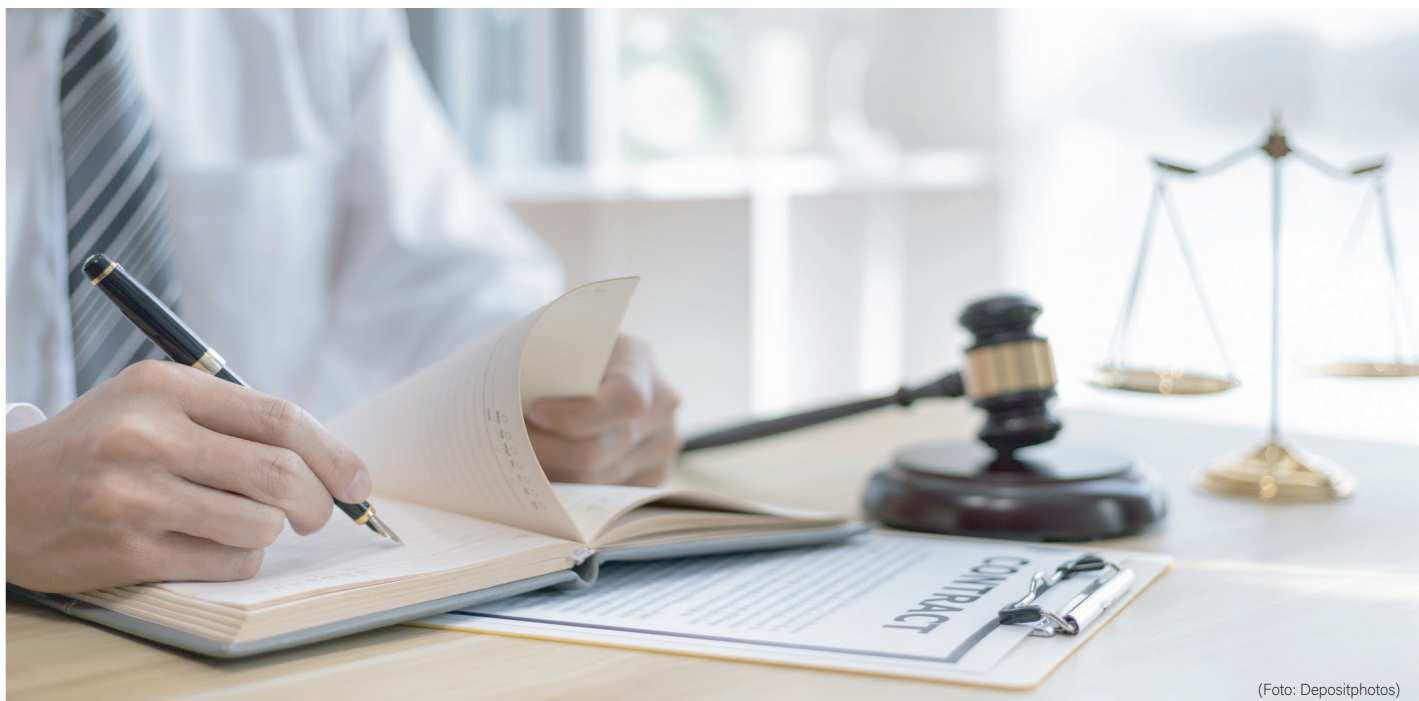
Em processos industriais, é comum utilizar inspeção com pano branco impregnado em óleo para verificar a presença de resíduos após a limpeza.

Considerações técnicas

O brunimento não deve ser visto apenas como uma etapa de acabamento estético do cilindro, mas sim como um processo tribológico fundamental para o funcionamento adequado do motor. O controle adequado de parâmetros como ângulo de brunimento, rugosidade superficial e limpeza final influencia diretamente o desempenho, a eficiência e a durabilidade do conjunto pistão-anéis-cilindro.

Em um cenário de motores cada vez mais eficientes e submetidos a maiores pressões de combustão, a precisão no processo de brunimento torna-se ainda mais relevante para garantir vedação adequada, consumo controlado de óleo e maior vida útil do motor.

Principais mudanças trabalhistas em 2026



(Foto: Depositphotos)

O ano de 2026 já desponta com mudanças relevantes na legislação trabalhista, novas obrigações regulatórias e um ambiente econômico ainda instável exigirão dos empregadores planejamento, atualização e gestão estratégica de pessoas.

Aumento da licença-paternidade:

A licença paternidade passará por uma ampliação gradual de 5 para 20 dias, aprovada pelo Senado recentemente (PL 5.811/2025). A nova regra prevê 10 dias em 2027, 15 em 2028 e 20 em 2029. O benefício, válido para nascimento ou adoção, visa fortalecer o vínculo familiar e aumentar o suporte ao recém-nascido.

NR-1 e os riscos psicossociais:

Outro ponto de atenção importante é a entrada em vigor da parte punitiva da nova NR-1, prevista para maio de 2026. A norma amplia o conceito de Saúde e segurança no trabalho ao incluir os chamados riscos psicossociais, como estresse excessivo, assédio moral, sobrecarga de trabalho e ambientes organizacionais tóxicos. A partir dessa mudança, não basta apenas cum-

prir regras físicas de segurança: as empresas deverão mapear, registrar e adotar medidas concretas para prevenir danos à saúde mental dos trabalhadores. A omissão poderá ser identificada em fiscalizações e gerar multas e autuações pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego.

Trabalho aos feriados no comércio

Também merece destaque a nova regulamentação sobre o trabalho em feriados. A partir de 1/3, a portaria 3.665/23 do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego prevê que a utilização de mão de obra em feriados só será permitida se houver previsão expressa em Convenção Coletiva de Trabalho, além da observância da legislação municipal. Consequentemente, acordos individuais não serão suficientes para garantir segurança jurídica. A manutenção da prática sem respaldo coletivo expõe a empresa a autuações administrativas, pagamento de horas extras, reflexos salariais e à formação de passivo trabalhista retroativo, além de aumentar o risco de judicialização individual e coletiva.

Fim da escala 6x1

Aprovada em dezembro pela CCJ - Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a PEC - Proposta de Emenda à Constituição 148/25, que visa a eliminação da escala 6x1 e a redução gradual da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, promete protagonizar a pauta trabalhista, neste ano.

O tema ainda depende de votação no plenário do Senado e na Câmara dos Deputados antes de ser sancionado pelo presidente da República, mas caso entre em vigor, as empresas enfrentarão desafios significativos para adaptar suas operações. Isso porque trata-se de uma mudança estrutural na organização do trabalho, com impactos diretos sobre custos, produtividade e gestão de pessoas, que exige, desde já, o planejamento estratégico das empresas.

Além dos impactos operacionais, o tema tende a influenciar diretamente as negociações coletivas e os acordos setoriais, que deverão discutir modelos alternativos de jornada, compensações e readaptações produtivas. Durante o período de transição, é esperado também um aumento da judicialização, seja pela interpretação das novas regras, seja por disputas sobre sua aplicação prática, o que reforça a importância de planejamento jurídico e diálogo antecipado com sindicatos e trabalhadores.

Adicional de periculosidade para motoboys

Entre as alterações está a retomada da obrigatoriedade do adicional de periculosidade para trabalhadores que utilizam motocicleta no exercício de suas funções.

Durante anos, muitas empresas deixaram de pagar o adicional de periculosidade devido à anulação judicial da portaria que regulamentava o tema. No entanto, uma nova portaria publicada pelo governo entra em vigor em abril de 2026, tornando o pagamento novamente obrigatório. Será obrigatório ainda elaboração de laudo técnico para mapear os riscos da atividade.

Empresas que atuam com entregas, logística, assistência técnica ou qualquer atividade que

envolva motociclistas precisarão revisar contratos, folhas de pagamento e custos operacionais para evitar passivos trabalhistas.

Terceirização, pejetização e novas formas de contratação

A pejetização, entendida como a contratação de trabalhadores por meio de pessoa jurídica por eles constituída, sempre ocupou posição ambígua no ordenamento jurídico brasileiro. Durante anos, a prática foi associada, quase automaticamente, à fraude trabalhista, sob o argumento de que mascararia vínculos de emprego e suprimiria direitos sociais assegurados constitucionalmente. O critério da primazia da realidade, consolidado na jurisprudência trabalhista, funcionava como barreira à expansão desse modelo contratual.

Diante da multiplicidade de ações judiciais sobre o tema, inclusive com interpretações divergentes entre varas do trabalho e tribunais, o relator, ministro Gilmar Mendes, determinou a suspensão nacional de todos os processos judiciais e administrativos que tratam da matéria, até o julgamento de mérito pelo Plenário. A expectativa é de que o STF estabeleça parâmetros objetivos sobre a licitude das contratações via PJ, os critérios que autorizam sua desconsideração e a distribuição do ônus da prova nesses casos. A decisão sinaliza uma tentativa da Corte de pacificar o tema e conferir segurança jurídica a um modelo de contratação amplamente utilizado em diversos setores e preferido por muitos profissionais, mas frequentemente judicializado sob a alegação de vínculo disfarçado.

Está com dúvidas sobre seus direitos?

Prestamos assessoria jurídica em diversas áreas (cível, consumidor e trabalhista). Receba orientações iniciais e entenda o que fazer no seu caso.

Entre em contato pelo telefone (11) 2632-1111 ou pelo WhatsApp (11) 96631-6111

PRODUTOS E SERVIÇOS



SELO DE TEMPERATURA

É um selo termômetro, que acusa e registra o aquecimento do motor, marcando quantos graus atingiu, identifica se a quebra foi originada por trabalho em temperatura excessiva e elimina no ato reclamações improcedentes de garantia.



DNA DE MOTORES

Disponibilizamos pelo site da APAREM, especificações técnicas para a correta retífica e montagem dos motores, o que chamamos de DNA DOS MOTORES. Temos catalogados com todas as medidas e informações necessárias mais de 4.800 aplicações de motores entre nacionais e importados, das linhas leves, pesadas, industriais, marítimos, empilhadeiras, antigos e atuais



CERTIFICADO DE GARANTIA DO MOTOR

Este certificado foi criado com base nas exigências do Código de Defesa do Consumidor, especificamente, para a execução de serviços de retífica de motores. Além das revisões obrigatórias, traz um capítulo que trata dos deveres do consumidor quanto ao bom uso e conservação do motor, o que se traduz em proteção para o retificador contra clientes mal intencionados e/ou negligentes.



BOLETIM INFORMATIVO

No site da APAREM, www.aparem.org.br, o boletim informativo CANAL SINDIMOTOR & APAREM mantém os seus associados atualizados, com informações, comportamento do mercado e demais notícias de interesse da nossa categoria.



MANUAL DE REINSTALAÇÃO DE MOTORES

Conforme a Norma MBR 15.831, este manual traz todos os procedimentos necessários para que o motor, ao ser reinstalado por terceiros, não tenha o seu funcionamento e a sua vida útil comprometidos por negligência na montagem de partes vitais, como sistema de arrefecimento, lubrificação, instalação de periféricos, etc.



TABELA TEMPÁRIA - CICLOS OTTO E DIESEL

As tabelas trazem os tempos e os custos, hora-homem e hora-máquina, para os serviços de usinagem Ciclo Otto e Ciclo Diesel que contempla a Norma NBR 13.032. Com as tabelas tempárias, é possível determinar os custos, com precisão, de todos os processos executados na retífica de um motor. O procedimento correto é: nunca mais vender motores abaixo do custo.